

## Setor 11- Introdução

# Finanças Verdes

### Política setorial do país

A **Política de Produção e Consumo Sustentáveis** foi formulada em 2002 e atualizada e revisada em 2010 e 2014, a fim de orientar a mudança de padrões insustentáveis de produção e consumo dos diferentes atores da sociedade nacional, contribuir para reduzir a poluição, conservar recursos, promover a integridade ambiental de bens e serviços e estimular o uso sustentável da biodiversidade, como fontes de competitividade empresarial e qualidade de vida. Por sua vez, esta política responde aos compromissos assumidos voluntariamente pelo país sob o Processo de Marrakech, que é conduzido pela Organização das Nações Unidas -ONU em conformidade com o Capítulo III do Plano de Implementação da Cúpula Mundial de Joanesburgo (2002). Esse mesmo processo se reafirma e busca avançar além da Agenda 21, que iniciou um processo internacional visando estimular a produção mais limpa, a partir da Cúpula da Terra, organizada pela própria ONU em 1992.

A **Política de Produção mais Limpa (PML)**, formulada em 1997, e o consumo sustentável são conceitos complementares entre si: por definição, um ocasiona e impulsiona o outro. O fornecimento de produtos mais limpos promove um consumo mais sustentável e a demanda por produtos mais sustentáveis estimula a produção mais limpa. Nesse sentido, os negócios verdes fazem parte dos sete eixos estratégicos da política, que visa promover o empreendedorismo dos negócios verdes (produtos ou serviços com qualidades ambientais e / ou uso sustentável da biodiversidade) e o fortalecimento dos já existentes. O impulso dos negócios verdes contribui para a transformação produtiva e geração de emprego, bem como para o desenvolvimento de um setor com alto potencial. As ações instrumentais que norteiam o desenvolvimento desta estratégia são: (i) A ampliação da capacidade de redes e programas de incubação e aceleração de empreendimentos verdes (ex. Observatório Nacional de Biocomércio). (ii) O fortalecimento de feiras, exposições e espaços para o intercâmbio comercial de empresas verdes. (iii) A criação e articulação de fundos de investimento em capital semente para empresas com alto potencial de sucesso. (iv) O desenvolvimento de uma plataforma de informação pública sobre empreendimentos sustentáveis (critérios, programas, portfólios, investimentos e vendas). (v) A articulação de competições de planos de negócios com foco no empreendedorismo de negócios verdes.

A **Política Nacional para a Gestão Integral da Biodiversidade e seus Serviços Ecosistêmicos (PNGIBSE)** busca promover a gestão integrada para a conservação da biodiversidade e dos serviços ecosistêmicos derivados dela. Os principais atores dessa política são o Estado, o setor privado e a sociedade civil, sem cuja aliança não é possível avançar com essa política. Esta política é reforçada, pelo menos na sua elaboração, com a entrada da Colômbia na OCDE, que implica uma Declaração de Crescimento Verde.

Em concordância com as políticas anteriores e com a declaração do crescimento verde da OCDE se emite o **Plano Nacional de Negócios Verdes (PNNV)**, pelo qual tem como objetivo definir os delineamentos e proporcionar ferramentas para a planificação e tomada de decisões que permitam o desenvolvimento, o fomento e a promoção, tanto da oferta como da demanda dos Negócios Verdes e Sustentáveis no país, por meio da implementação de uma plataforma adequada de instrumentos, incentivos, coordenação e articulação institucional que implique ao crescimento econômico, a geração de emprego e a conservação do capital natural da Colômbia.

É neste plano onde se define o esquema de organização, as entidades de suporte e suas

Estrategias	Metas
<b>ESTRATEGIA 1:</b> Promover el nuevo sector de los mercados verdes dentro del sistema de producción colombiano, como una alternativa de desarrollo del país.	<b>META 1:</b> Fortalecimiento y ampliación de la oferta de productos verdes y su comercialización. <b>META 2:</b> Adecuación de la oferta existente hacia productos más verdes. <b>META 3:</b> Fortalecimiento de la participación de productos verdes en las exportaciones colombianas no tradicionales.
<b>ESTRATEGIA 2:</b> Sensibilizar a los consumidores y productores colombianos sobre estos nuevos mercados y sus ventajas.	<b>META 1:</b> Herramienta para sensibilización: Programa Nacional de Eco etiquetado (PEC) <b>META 2:</b> Campaña masiva de divulgación y concientización
<b>ESTRATEGIA 3:</b> Realizar la coordinación, articulación y fortalecimiento de las iniciativas existentes en el país sobre mercados verdes	<b>META 1:</b> Articular y fortalecer las acciones sobre mercados Verdes. <b>META 2:</b> Constituir un mecanismo promotor que coordine, articule y promueva las acciones sobre mercados verdes.
<b>ESTRATEGIA 4:</b> Impulsar herramientas financieras para apoyar productores verdes.	<b>META 1:</b> Establecer mecanismos facilitadores de acceso a recursos de capital.
<b>ESTRATEGIA 5:</b> Hacer investigación y crear un sistema de información en el área de mercados verdes y crear un sistema de información en el área de mercados verdes.	<b>META 1:</b> Articular un sistema de investigación y desarrollo tecnológico en productos promisorios de mercados verdes <b>META 2:</b> Creación de un Sistema de información confiable y permanentemente actualizado.

Fonte: Plano Nacional de Negócios verdes, 2014. Ministério de Ambientes e Desenvolvimento Sustentável

responsabilidades no âmbito nacional e regional. No âmbito nacional a entidade de apoio é o Escritório de Negócios Verde e Sustentável do ONVS e, no nível regional, as Corporações Autônomas Regionais do CAR serão responsáveis por liderar e articular os diferentes atores locais na implementação do Programa Regional de Empresas Verdes por meio das Janelas Regionais de Negócios Verdes.

Do Plano Nacional deriva o **Programa Regional de Empresas Verdes (PRNV)**, que se configura como roteiro para promover desde os locais desses mercados.

**Lei 454 de agosto 4 de 1998**, pelo qual se determina o marco conceitual que regula a Economia Solidária, definido como "... conjunto de forças sociais organizadas em formas associativas identificadas por práticas de autogestão solidária, democrática e humanista, sem fins lucrativos para o desenvolvimento integral do ser humano como sujeito, ator e fim da economia". Esse tipo de associação visa contribuir para o desenvolvimento econômico, o fortalecimento da democracia, a distribuição equitativa da propriedade e da renda e a racionalização de todas as atividades econômicas em favor da comunidade e especialmente das classes populares.

## Instrumentos regulatórios

**Resolução No.667 del 2016** do Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável estabelece os indicadores mínimos de cumprimento obrigatório para as Autoridades Ambientais e que devem ser incluídos em seu Plano de Desenvolvimento.

**Decreto Lei 3570 de 2011**, pela qual se modificam os objetivos e a estrutura do MADS e se outorgam as funções da ONVS, entre as que se encontram: Impulsar políticas, planos e programas que promovam investigação, desenvolvimento e inovação em torno de productos da biodiversidade.

**Reglamento Colombiano de Construcción Sustentável**, 2015. Reglamento apresentado pelo Ministério da Habitação, Cidade e Território, relacionado com o uso eficiente de água e energia nas renovações urbanas.

## Indicadores setoriais

No país, o progresso é baixo em termos de medição do impacto do setor. A partir da política, diferentes indicadores são propostos, mas todos eles incentivam a execução de ações isoladas, mas não consideram uma verdadeira transformação social ou ambiental. O documento de política afirma que metas específicas devem ser abordadas após estudos que ainda não foram desenvolvidos, ainda estão pendentes. Propõe metas ao nível do enunciado:

Los indicadores propuestos en los diferentes instrumentos de política son:

1. Número de empresas participantes em programas de incubação e de aceleração
2. Valores (\$) colocados (ou alavancados) para investimentos em negócios verdes
3. Número de empresas focadas em negócio verde com investimento
4. Número de empresas participantes em feiras e espaços de troca comercial de negócios verdes
5. Valor (\$) de negócios estabelecidos em feiras y espacios de troca comercial de negócios verdes
6. Número de usuários da plataforma única sobre empreendimentos verdes
7. Número de produtos e serviços com identificação de selos ou certificados ambientais.

Segundo o documento de revisão da PNMV, no ano de 2006 haviam 37 produtores registrados nos contratos de comercialização, 507 produtos codificados e vendas de 351.017 unidades, com um valor de US \$ 949.683.539 COP por ano. Entre a média mensal do ano de 2006 e 2007, mostra-se que a tendência tanto em unidades como em COP (\$) das vendas foi aumentando com aumentos de 33% e 28%, respectivamente.

## Gargalos e Problemas Futuros

Em 2010, o Ministério do Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Territorial elaborou um balanço das lições aprendidas em produção e consumo sustentáveis, como base para a elaboração da Política de Produção e Consumo Sustentável e, neste balanço, o Ministério destaca a geração de capacidades em Empresas, Autoridades Ambientais, Universidades e Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organizações Comunitárias e Centros de Consultoria e Pesquisa. Outra lição aprendida é a escolha estratégica sobre a decisão de setores e atores de enfatizar a política, pois, segundo o Ministério, é necessário reconhecer que as empresas mais sólidas têm maior capacidade de reconhecer os benefícios desse processo.

Uma das questões estratégicas em termos de política ambiental é aumentar as estratégias que incentivam o consumo sustentável, um fator importante na mobilização do comércio local de produtos e serviços verdes e outros aspectos da sustentabilidade; no entanto, existem poucas ações que ocorrem no país dependendo disso. Talvez seja este processo de mudança, seja a prioridade para trazê-lo para a agenda do país e da sociedade, um processo que começou, emboa esteja indo devagar, com pouco apoio concreto e aqui é importante vincular a mídia e a academia que ainda estão isolados do processo.

Isso está intimamente ligado a uma demanda incipiente no país por esse tipo de produto, o que dificulta o processo econômico e a motivação para a criação de novos negócios. No entanto, a demanda interna é escassa, mas a demanda externa não é importante porque um dos principais gargalos é a falta de qualificação dos bens que permitem a exportação. Ambas as plataformas tecnológicas e comerciais ainda exigem muito desenvolvimento.

Em termos gerais, é necessário passar do voluntariado e dos incentivos tímidos para uma alocação de responsabilidade e configuração de alianças com metas e resultados claros, que ainda não existem ou não se desenvolvem com eficiência. Por exemplo, foi determinado que 97% das Autoridades Ambientais incluíram a implementação do Programa Regional de Empresas Verdes nos Planos de Ação de quatro anos 2016-2019, em conformidade com as metas do Plano Nacional de Desenvolvimento. Embora tenha sido possível incorporar a implementação do plano nas metas dos planos de ação, esse compromisso deve se materializar com a formação de equipes de gestão e estrutura de operação que dêem operação às Janelas /Nós de Negócios Verdes.

Um desafio identificado é alcançar a institucionalização do Plano Regional de Negócios Verdes PRNV junto às autoridades ambientais. A este respeito, os instrumentos de formalização, tais como a emissão de uma resolução para a formação das Janelas de Negócios Verdes, permitem a definição do procedimento, orçamento, orientações e diretrizes da operação do PNNV dentro da Autoridade Ambiental, um fator-chave para levar a cabo as atividades definidas em cada Entidade.

São poucas as Autoridades Ambientais que possuam indicadores que permitam medir a contribuição das empresas verdes para o desenvolvimento da região e a conservação dos recursos naturais.

Além da Instituição do Estado, é importante vincular ao proceso os setores empresariais, solidários, sociais e comunitários; No entanto, no país ainda é incipiente devido ao contexto de instabilidade da política e das normas, já que a execução das políticas depende do governo quadriênal, fazendo com que os projetos se tornem questões conjunturais. Atualmente, por exemplo, o novo governo demonstrou interesse em isolar incentivos fiscais para empresas ambientais.